

O CURRÍCULO EXIGE EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO DISCIPLINA AUTÓNOMA

Na economia dos dias de hoje, a literacia financeira é como saber ler ou escrever (Annamaria Lusardi).

No mundo globalizado em que vivemos, diariamente, é exigido a todo e qualquer cidadão que tome decisões financeiras informadas, por exemplo, como gerir o orçamento familiar, como aplicar as poupanças.

O conceito de literacia financeira está precisamente associado à posse desses conhecimentos específicos relacionados com assuntos monetários, económicos ou financeiros, que permitem dotar os indivíduos de capacidade para tomar decisões sobre esses assuntos. Deste modo, o conceito de literacia financeira vai para além dos conhecimentos financeiros, associados à gestão das finanças pessoais, envolvendo também a forma como esses conhecimentos afetam os nossos comportamentos e atitudes, no momento em que tomamos decisões.

Em 2017, o Secretário de Estado da Educação, João Costa afirmou que «todas as escolas vão lecionar formação financeira em 2018» na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, estando em preparação a formação de professores», pois «não nos passa pela cabeça que um aluno passe 12 anos pela escola sem adquirir conhecimentos relacionados com a formação financeira ou a educação rodoviária». (Jornal de Negócios, 30 de outubro de 2017).

Estamos em fevereiro de 2019, será que todas as escolas estão a lecionar formação financeira? E os professores tiveram formação nesta área?

Os professores que estão a lecionar a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento são docentes com formações muito diversificadas (por exemplo, em algumas escolas são os diretores de turma). Neste contexto, é difícil imaginar docentes com licenciaturas e profissionalização em áreas distantes da atividade económica e financeira e, na maioria das vezes, com objeto de estudo tão diferente, escolherem o tema da literacia financeira.

Desta forma, consideramos que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento não resolve o problema, uma vez que, para além de ser um tempo escasso, será sempre disputado por outras vertentes da educação para o desenvolvimento pessoal e social e não permitirá a construção de uma autêntica literacia financeira.

Tudo isto significa uma coisa: **os jovens portugueses passam, pelo menos, doze anos das suas vidas na Escola** e, para a imensa maioria, são doze anos **sem qualquer educação económica e financeira**, ou seja, terminam o seu percurso escolar sujeitos aos riscos e aos perigos resultantes da iliteracia financeira.

A APROCES entende que a autonomia curricular atribuída às escolas (conforme previsto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho), tem de passar por fornecer às crianças e jovens oportunidades de aquisição de competências fundamentais para a vida e para a cidadania num mundo global e cada vez mais exigente e competitivo em termos económicos e financeiros.

Assim, a **APROCES** acompanha esta situação com atenção e preocupação e elege como prioridade nacional que o atual Governo possibilite, **já para o próximo ano escolar de 2019/2020**, que as nossas crianças e jovens possam ter **acesso à disciplina de Educação Financeira**, que, no contexto do atual currículo, terá que ser **como oferta complementar nos 2.º e 3.º ciclos** (nos termos do n.º 9 do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 55/2018).

A Direção